

Projeto de Lei Nº 13 / 2021 de 03 de 03 de 2021,

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e da outras providências em Baixa Grande do Ribeiro – Piauí.

Dr. Jose Luiz Sousa, Prefeito em Exercício de Baixa Grande do Ribeiro, Estado do Piauí, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, Eu, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I - DO CONSELHO E SUAS FINALIDADES Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, órgão normativo, consultivo e deliberativo vinculado à SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, Educação, Esporte, Juventude, Planejamento, Assistência Social, Finanças, Administração entre outras que fazem parte do programa de secretariado do município de Baixa Grande do Ribeiro – PI, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução das Políticas Municipal de Cultura, nos termos desta Lei.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS de Baixa Grande do Ribeiro terá por finalidade:

I - o aperfeiçoamento do planejamento setorial com participação da comunidade organizada e das entidades e produtores culturais, em um plenário tripartite, integrado por conselheiros indicados e nomeados nos termos do Regimento Interno do Conselho.

II - Promoção e democratização da ação pública de incentivo a preservação, produção e difusão de bens culturais do Município e dos diferentes segmentos sociais que compõem a sua cultura, usos, costumes e folclore;

III - integração regional da cultura municipal por meio do apoio as vocações artísticas e as manifestações culturais locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais incentivados;

IV - promoção prioritária de projetos culturais propostos pelos estudantes e jovens que, além da qualidade artística evidenciada, exaltarem valores e temas culturais associados ao ideal coletivo da comunidade municipal e do país, voltados para sustentabilidade socio-econômico-ambiental da humanidade em suas sucessivas gerações; (Redação dada pela Lei nº _____ / _____ de _____)

V - promoção, por meio da música, da poesia, da literatura, do teatro, do cinema e das artes em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do Município.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA Para o cumprimento de suas finalidades, ao CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, compete:



- I - Estabelecer a Política Municipal de Cultura, definindo-lhe as diretrizes, os objetivos, as estratégicas e as metas que orientarão o processo de planejamento e gestão da função cultural;
- II - apreciar o Plano Municipal de ação do setor e os instrumentos programáticos e orçamentários anuais correspondentes;
- III - elaborar o Regimento Interno do Conselho, para homologação posterior pelo Prefeito Municipal;
- IV - aprovar o Manual de normas e procedimentos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura;
- V - promover a integração programática das agências governamentais locais, principalmente das relacionadas com o Turismo, a Educação, Desportos e Lazer, visando à sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;
- VI - articular-se com órgãos similares em outros Municípios, buscando a integração dos esforços e meios orientados para objetivos comuns;
- VII - articular-se com os órgãos estaduais, federais e internacionais de apoio à cultura, visando à complementação de esforços e apoio técnico e financeiro para viabilização do programa municipal de cultura;
- VIII - negociar com o Governos municipal, estadual e Federal, a celebração de acordos e mecanismos de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando a adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo o grau de interesse coletivo do Município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal.
- IX - apreciar e votar o acatamento de Pareceres Técnicos emitidos sobre processos de encaminhamento de Projetos Culturais submetidos ao Conselho, para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio à cultura;
- X - emitir pareceres técnico-culturais, inclusive sobre as implicações culturais de planos governamentais no âmbito do Município;
- XI - apreciar as proposições de produtores culturais em projetos a serem encaminhados ao programa estadual de incentivo à cultura, declarando seu grau de interesse coletivo municipal; Art. 15/IV - Lei Ordinária (Redação dada pela Lei nº 18/ DE 25 MARÇO DE 2014)
- XII - exercer vigilância e controle social sobre as ações governamentais na área da cultura, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e perscrutando a eficácia social de seus resultados.



XII - exercer a vigilância e o controle social e financeiro sobre as ações governamentais na área da cultura, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e perscrutando a eficácia social de seus resultados. (Redação dada pela Lei nº ____/____de_____

Capítulo III - DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS será composto por 09 (09) membros titulares e igual número de suplentes, de acordo com a seguinte estrutura representativa:

I - Área Governamental - 03(três) membros, indicados pelo Prefeito Municipal;

II - Segmento Cultural – 03 (três) membros, indicados por entidades representativas do segmento cultural, escolhidos e indicados em reunião entre as Entidades constantes do Cadastro Municipal das Entidades Culturais.

II - Segmento Cultural - 03 (três) membros, indicados por entidades representativas do segmento cultural, escolhidos e indicados em reunião entre as Entidades constantes do Cadastro Municipal das entidades Culturais. (Redação dada pela Lei nº ____/____de_____

III - Sociedade Civil Organizada - 03 (três) membros indicados pelo Fórum Municipal de Cultura.

§ 1º O Cadastro Municipal das Entidades Culturais, será formado por todos os agentes culturais localizados no Município, entendido como todos os artistas, produtores culturais e suas formas associativas, espontaneamente cadastrados junto ao sistema municipal de cultura.

§ 2º O Fórum Municipal de Cultura será integrado pelas diferentes formas associativas e representativas da sociedade civil local legalmente em funcionamento no Município e que se cadastrarem como agentes culturais junto ao sistema municipal de cultura.

§ 3º A estrutura organizacional do Conselho compreenderá Plenário, Mesa Diretora (Presidência e Vice-Presidência) e Comissões temáticas definidas no seu regimento interno. (Redação dada pela Lei nº ____/____de_____ Art. 15/VIII

Capítulo IV DOS CONSELHEIROS A indicação dos Conselheiros representantes das áreas não-governamentais será votada em reunião do Fórum Municipal respectivo para um mandato de 02 (dois) anos, passível de uma recondução.

§ 1º Havendo necessidade de substituição dos Conselheiros, a qualquer tempo e em função de justificativa acatada pelo Conselho, o fórum correspondente poderá se reunir para eleger um ou mais substitutos, os quais cumprirão o tempo restante do mandato do (a) Conselheiros(a) substituído(s).

§ 2º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes será membro nato do Conselho. Não haverá remuneração de qualquer espécie aos Conselheiros, pelo exercício do cargo, o qual será declarado de relevante função social. A Presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS será exercida pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a quem caberá prover todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento do Conselho, nos termos do seu regimento interno.

Parágrafo único. O Vice- Presidente será eleito pelo plenário.

A presidência e a vice presidência do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS será eleita pelo plenário. (Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____)

A Presidência, a Vice Presidência e o (a) Secretário(a) do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS serão eleitos pelo plenário. (Redação dada pela Lei nº ____/____) Parágrafo único.

Caberá à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte prover todos os meios materiais e serviços de apoio administração necessários ao funcionamento do Conselho, nos termos do seu regimento interno.

(Redação dada pela Lei nº ____/____) O Regimento Interno do Conselho deverá ser elaborado e aprovado no prazo de 90 (noventa) dias, da posse do Conselho.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura de Baixa Grande do Ribeiro constituído por recursos provenientes do orçamento anual do Município e de outras fontes, com o objetivo de promover desenvolvimento da cultura no Município de Baixa Grande do Ribeiro, podendo, para tanto, apoiar financeiramente:

Art. 15º Art. 16º Art. 17º Art. 18º Art. 19º Art. 20º Art. 21º - Lei Ordinária 18/2014, de 25 de março de 2014

- a) Programas de Formação Cultural, apoiando financeiramente a realização de cursos e oficinas;
- b) a manutenção de grupos artísticos;
- c) a construção, manutenção, reforma e ampliação de espaços culturais;
- d) projetos de difusão cultural, podendo tratar-se de turnês, realização de festivais, mostras ou circuitos culturais ou apresentação de artistas nacionais e internacionais em Baixa Grande do Ribeiro;
- e) pesquisas acerca da produção, difusão, comercialização ou recepção das atividades culturais;
- f) outros projetos, de natureza artístico cultural.

(Redação dada pela Lei nº ____/____) Constituem receitas do Fundo:

- a) repasses do Poder Público Municipal;
- b) receitas provenientes de ações do Município de Baixa Grande do Ribeiro, ou por ela apoiadas;
- c) doações de pessoas físicas ou jurídicas;



- d) receitas de eventos, atividades ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo Municipal de Cultura;
- e) percentual das receitas provenientes de ações realizadas com patrocínio do Fundo.
- f) contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores público e privado;
- g) produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos, promoções de caráter cultural efetivadas com o intuito de arrecadação de recursos (venda de camisetas, livros, etc.);
- h) rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;
- i) resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- j) quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias e outras contribuições financeiras legalmente incorporáveis.

§ 1º A realização de eventos, atividades ou promoções por entidades externas ao Poder Público Municipal, com a finalidade de angariar recursos para o Fundo Municipal de Cultura, dependem da autorização do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS.

§ 2º O percentual das receitas provenientes de ações realizadas com o patrocínio do Fundo Municipal de Cultura, será definido para cada projeto individualmente, devendo os mesmos serem aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS.

(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ O Fundo Municipal de Cultura pode beneficiar apenas projetos apresentados por Pessoas Físicas ou Jurídicas, de direito público ou privado, residentes e domiciliadas no Município de Baixa Grande do Ribeiro.

Parágrafo único. A concessão de benefício a projetos apresentados pelo Poder Público Municipal, ou por seu servidor, ou ainda, por Pessoa Jurídica que tenha como sócio servidor municipal, dependerá de aprovação expressa do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Art. 15, Art. 17/c, - Lei Ordinária 18/2014 - (Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS:

- a) elaborar Plano Anual de Aplicação do Fundo Municipal de Cultura, nos quais estarão fixadas as diretrizes e prioridades que nortearão as aplicações dos recursos do Fundo;
- b) fixar os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo;
- c) fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos do Fundo;
- d) aprovar a concessão de benefícios a projetos e incentivo fiscais a empresas.

(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ Os interessados em obter apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Coordenação Municipal de Cultura, em formulários específicos à disposição de todos; sendo que os mesmos deverão ser encaminhados para aprovação do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS.

(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____.

O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS deverá apresentar anualmente a prestação de contas da aplicação dos recursos do Fundo ao Poder Executivo Municipal. Parágrafo único. O Prefeito Municipal constatada quaisquer irregularidades na administração do Fundo decretarão intervenção do mesmo com destituição do presidente, requerendo imediatamente ao CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS a substituição deste.

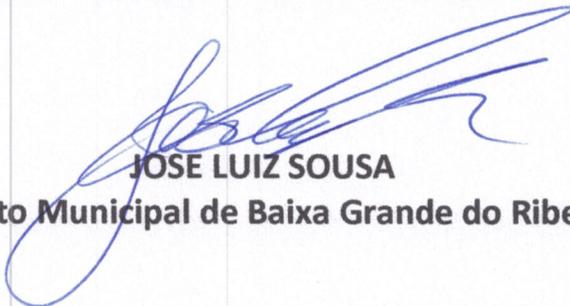
(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ O Fundo instituído por esta Lei será administrado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, sua regulamentação para a movimentação e aplicação do dinheiro da conta Fundo será feita através do regimento interno, sendo este aprovado por todos os Conselheiros e sancionado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura em despesas com pessoal e respectivo encargo, exceto remuneração para serviços de natureza eventual, vinculados aos projetos específicos estritamente relacionados às atividades mencionadas nesta Lei ou autorizado por resolução interno do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS e aprovado através de decreto municipal.

(Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ qualquer regulamentação na presente Lei deverá ser através de Decreto do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº ____/____ de ____ Gabinete do Prefeito Municipal de Baixa Grande do Ribeiro, aos ____ dias do mês de ____ de 2021.

DR, JOSE LUIZ SOUSA Prefeito em Exercício Art. 15º Art. 16º Art. 17º Art. 18º Art. 19º Art. 20º Art. 21º - Lei Ordinária 18/2014, de 25 de março de 2014 - Lei Ordinária 18/2014 de 25 de março de 2014

Baixa Grande do Ribeiro, ____ de ____ de ____.



JOSE LUIZ SOUSA
Prefeito Municipal de Baixa Grande do Ribeiro